

Quarta-Feira, 01 de Julho de 2026

Alessandro Vieira diz que decisões do STF dificultam CPI do Crime Organizado

NA BRONCA

Correio Braziliense

O relator da CPI do Crime Organizado, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), afirmou nesta segunda-feira (2/3) no programa *Roda Viva*, da TV Cultura, que decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspenderam medidas aprovadas pela comissão atrapalham o trabalho do colegiado. “Sim, dificulta mais o trabalho, mas está dentro da expectativa, porque estamos lidando com as pessoas mais poderosas do Brasil”, afirmou.

Durante a entrevista, comandada por Ernesto Paglia, o parlamentar afirmou que as decisões dos ministros do STF impuseram obstáculos à investigação, mas não a inviabilizam. Ele citou a suspensão da quebra de sigilo da empresa ligada ao ministro Dias Toffoli e a dispensa de convocação de familiares do magistrado, além da retirada da obrigatoriedade de depoimento do ex-presidente do Banco Central Roberto Campos Neto.

Vieira explicou que a CPI foi criada com dois objetivos principais: traçar uma radiografia do crime organizado no país e investigar casos específicos que indiquem infiltração dessas organizações no Estado. Segundo ele, um dos pontos centrais é o caso envolvendo o Banco Master, apontado como exemplo de possível conexão entre estruturas financeiras e lavagem de dinheiro.

Ao ser questionado sobre a pertinência de investigar ministros do STF em uma comissão voltada a facções e milícias, o senador argumentou que todos os crimes convergem para a lavagem de dinheiro. “Crime organizado depende fundamentalmente de infiltração no Estado e de ferramentas para lavagem de dinheiro”, afirmou. Ele ressaltou que não há acusação direta contra ministros, mas que fatos relacionados à circulação de recursos por empresas de familiares precisam ser esclarecidos.

O senador também diferenciou decisões judiciais que dispensam investigados de comparecer à CPI, classificadas por ele como razoáveis e alinhadas ao direito de defesa, da suspensão de quebras de sigilo. Para Vieira, interromper o acesso a dados financeiros compromete a apuração. “O que se deseja é que os brasileiros não tenham acesso à informação de quanto dinheiro e de onde veio esse dinheiro”, disse.

Por fim, o parlamentar defendeu que o Senado é, atualmente, o único espaço institucional disposto a aprofundar esse tipo de investigação. Ele afirmou que a comissão busca acesso a relatórios de inteligência financeira para entender a origem e o destino dos recursos sob suspeita. “Só com os documentos é que vamos saber se houve irregularidade ou não”, concluiu.